

# Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

2

Francisca Júlia Camargo Dresch  
(Organizadora)



 **Atena**  
Editora

Ano 2018

Francisca Júlia Camargo Dresch  
(Organizadora)

# Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 2

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I34 Impactos das tecnologias nas ciências humanas e sociais aplicadas  
2 [recurso eletrônico] / Organizadora Francisca Júlia Camargo  
Dresch. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Impactos  
das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v.2)

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-85107-75-8  
DOI 10.22533/at.ed.758180511

1. Ciências sociais aplicadas. 2. Humanidades. 3. Tecnologia.  
I. Dresch, Francisca Júlia Camargo. II. Título.

CDD 370.1

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Me coube a apresentação deste exemplar cuja tarefa é a de estabelecer uma linha de raciocínio dos textos que aqui constituem os 25 capítulos desta obra. Após a leitura cuidadosa dos artigos submetidos, procurei conexões entre os contextos e as dimensões que poderiam sequenciar as discussões – trouxe a reflexão Sociológica que definem a vida humana na Terra através da produção de bens e serviços, refletidas na organização social, econômica, política, histórica, educacional, ambiental, cultural expressas pelas relações biopsicossociais do humano em seus ambientes.

Deste modo, poderíamos interrogar se nascemos ou nos tornamos humanos? A pergunta nos remete primeiramente a reflexão filosófica – em que momento inicia a vida sabendo que dependerá da abordagem selecionada, não há uma definição única que seja capaz de defini-la assertivamente. Podemos tentar explicar pela Religião, pelo Direito, e/ou pelas Correntes Filosóficas. Então, simplificamos vida é o oposto da morte, resulta do movimento contraditório que repousa na certeza de que vivendo estamos nos aproximando da morte. E para as ciências sociais, nascemos biologicamente humanos e nos tornamos humanos ao viver em sociedades e, nelas aprendemos agir moral e eticamente.

O desenvolvimento tecnológico atual nos situa na Era da Informática e das Comunicações. Tais características têm possibilitado registros inovadores na história humana. Nos interessa pontuar que o paradigma Neoliberal empregado para o permanente crescimento econômico que estabelece os padrões de consumo é o mesmo identificado no esgotamento dos recursos naturais, especialmente ao refletir o distanciamento entre *“os que acumulam, dos que nada possuem”*. Ora se o Planeta dá sinais de esgotamento e se as relações sociais apontam para a exploração sem precedentes, nos parece lógico também pensar na responsabilidade social como alternativa de sustentabilidade entre o educar para produzir e o papel das tecnologias para desenvolver a cidadania.

Portanto a obra Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 2, defende que a vida é patrimônio a ser preservado. Reúne debates acerca de pesquisas empregadas nas organizações produtivas a partir das políticas que permeiam processos de ensino e aprendizagem das instituições sociais. A cada autor, nossos agradecimentos a submissão de seus estudos na Editora Atena. Aos leitores, desejo proveitosa reflexão na trajetória apresentada

Francisca Júlia Camargo Dresch

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>CAPÍTULO 1</b> .....   | <b>1</b>  |
| VANTAGEM COMPETITIVA EMPRESARIAL PELO USO DE SACOS DE PÃES ECOLÓGICOS POR PANIFICADORAS DE QUIXADÁ – CE.  |           |
| José Cazuza Lopes Neto<br>Valter de Souza Pinho<br>Marcos James Chaves Bessa<br>Sérgio Horta Mattos<br>Danielle Rabelo Costa  |           |
| <b>CAPÍTULO 2</b> .....   | <b>10</b> |
| A GOVERNANÇA AMBIENTAL E AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL  |           |
| Anaítes Maria de Moraes Silva<br>Jaíra Maria Alcobaça Gomes   |           |
| <b>CAPÍTULO 3</b> .....   | <b>28</b> |
| A GESTÃO DE COMUNICAÇÃO <i>OMNICHANNEL</i> À PARTIR DOS EFEITOS DA TECNOLOGIA NUMA SOCIEDADE PLURAL, INOVADORA E PARTICIPATIVA.                                     |           |
| Ligia Fagundes  |           |
| <b>CAPÍTULO 4</b> .....   | <b>42</b> |
| ANÁLISE DA PAISAGEM RURAL DO MUNICÍPIO DE MARIALVA – PR: A EMPRESA BSBIOS COMO AGENTE INDUTOR DA PAISAGEM   |           |
| Isadora Pinheiro<br>Lucas César Frediani Sant’ana   |           |
| <b>CAPÍTULO 5</b> .....   | <b>57</b> |
| CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL: UMA ALTERNATIVA VIÁVEL PARA A GESTÃO E O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM PEQUENOS MUNICÍPIOS                                 |           |
| Tassiana Justino Fernandes<br>Maria das Graças de Lima  |           |
| <b>CAPÍTULO 6</b> .....   | <b>72</b> |
| A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA IDENTIDADE DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO, SOB O OLHAR DOS ACADÊMICOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO PRIVADAS.                                     |           |
| Eudes Cristiano Vargas<br>Larissa Siqueira Camargo<br>Sandra de Cássia Franchini<br>Leticia Grazielle Roque<br>Adriano Pereira Cardoso<br>Dênis Martins de Oliveira |           |
| <b>CAPÍTULO 7</b> .....   | <b>87</b> |
| A EXPANSÃO DOS CURSOS PRIVADOS PRESENCIAIS DE SERVIÇO SOCIAL EM SALVADOR-BA: IMPACTOS PARA DISCENTES E DOCENTES   |           |
| Adriana Freire Pereira Férriz,<br>Taís Ana de Oliveira,<br>Thainan de Albuquerque e Santos,   |           |

|  |            |
|--|------------|
| <b>CAPÍTULO 8</b> .....  | <b>103</b> |
| A COLETIVIDADE DOCENTE NA ELABORAÇÃO DE UM PROJETO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL                                   |            |
| Paulo Vitor Teodoro de Souza<br>Hélder Eterno da Silveira<br>Iara Maria Mora Longhini  |            |
| <b>CAPÍTULO 9</b> .....  | <b>116</b> |
| O CONTEXTO VIOLENTO DO ESTADO CAPITALISTA E O BULLYING   |            |
| Giovanna Back  |            |
| <b>CAPÍTULO 10</b> .....   | <b>129</b> |
| O USO DOS PRINCÍPIOS DO DESIGN DE INTERIORES NA HUMANIZAÇÃO DA CASA DE APOIO   |            |
| Rubia Maiara Silva Marcon<br>Larissa Siqueira Camargo  |            |
| <b>CAPÍTULO 11</b> .....   | <b>141</b> |
| TEORIAS DE APRENDIZAGEM DE SEGUNDA LÍNGUA: UMA ANÁLISE CRÍTICA   |            |
| Laysa Cristina de Oliveira   |            |
| <b>CAPÍTULO 12</b> .....   | <b>153</b> |
| USO DO KAHOOT COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM  |            |
| Ernane Rosa Martins<br>Wendell Bento Geraldes<br>Ulisses Rodrigues Afonseca<br>Luís Manuel Borges Gouveia                          |            |
| <b>CAPÍTULO 13</b> .....   | <b>160</b> |
| O USO DAS REDES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO  |            |
| Juliana Santos Alves<br>Paulo Sergio Machado<br>Leila Maria Araújo Santos  |            |
| <b>CAPÍTULO 14</b> .....   | <b>168</b> |
| TECNOLOGIAS MÓVEIS EM CONTEXTO EDUCATIVO   |            |
| Ernane Rosa Martins<br>Wendell Bento Geraldes<br>Ulisses Rodrigues Afonseca<br>Luís Manuel Borges Gouveia                          |            |
| <b>CAPÍTULO 15</b> .....   | <b>178</b> |
| EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO COM VÍTIMAS FATAIS EM ADULTOS JOVENS NO NOROESTE PARANAENSE                                     |            |
| Willian Augusto de Melo<br>Maria Antonia Ramos Costa<br>Neide Derenzo<br>Verusca Soares de Souza<br>Maria Dalva de Barros Carvalho |            |

|   |            |
|---|------------|
| <b>CAPÍTULO 16</b> .....  | <b>188</b> |
| BIPOLARIDADE ESTADISTA-IDEOLÓGICA: ELIZABETH I E PONTIFICADO  |            |
| Giovana Eloá Mantovani Mulza  |            |
| <b>CAPÍTULO 17</b> .....  | <b>195</b> |
| CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A CONVENÇÃO JACOBINA NA REVOLUÇÃO FRANCESA   |            |
| William Geovane Carlos  |            |
| <b>CAPÍTULO 18</b> .....  | <b>205</b> |
| ANÁLISE DE TENDÊNCIAS DO CONSUMO MEDIADO POR DISPOSITIVOS DIGITAIS NO MARKETING DE RELACIONAMENTO   |            |
| Guaracy Carlos da Silveira<br>Fernando Augusto Carvalho Dineli da Cost  |            |
| <b>CAPÍTULO 19</b> .....  | <b>218</b> |
| <i>CHILD OF THE DARK</i> : A PRESENÇA DA MULHER NEGRA NAS LITERATURAS TRADUZIDAS  |            |
| Tayza Cristina Nogueira Rossini<br>Letícia Toniete Izeppa Bisconcim<br>Wellington Júnior Jorge  |            |
| <b>CAPÍTULO 20</b> .....  | <b>229</b> |
| INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA NO BRASIL: MOTIVADORES E OBSTÁCULOS - UM ESTUDO MULTICASOS   |            |
| Vivien Mariane Massaneiro Kaniak  |            |
| <b>CAPÍTULO 21</b> .....  | <b>240</b> |
| ANÁLISE DE ATIVIDADES LOGÍSTICAS: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO SETOR ALIMENTÍCIO DO NOROESTE PARANAENSE   |            |
| Renan Araújo de Azevedo<br>Daniel Mantovani<br>Aline Takaoka Alves Baptista<br>Leandro Ferreira Pinto<br>Amauri Henrique de Carvalho Júnior                                 |            |
| <b>CAPÍTULO 22</b> .....  | <b>252</b> |
| O PROGRAMA DE EXCELENCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA E A SISTEMÁTICA DA GESTÃO DO CONHECIMENTO ESTRATÉGICO NAS ORGANIZAÇÕES ESCOLARES DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA CIDADE DE SARANDI – PR |            |
| Tânia Corredato Periotto<br>Fabiana Azevedo Picanço<br>Tamires Selini Gouveia   |            |
| <b>CAPÍTULO 23</b> .....  | <b>259</b> |
| ESTUDOS DA LITERATURA SOB A VERTENTE DO LETRAMENTO: A LENDA DE RUFF GHANOR E O UNIVERSO MULTIMODAL  |            |
| Letícia Toniete Izeppa Bisconcim<br>Tayza Cristina Nogueira Rossini<br>Wellington Júnior Jorge  |            |

**CAPÍTULO 24 .....271**

ESPORTE, MÍDIA CONTEMPORÂNEA E (IN)VISIBILIDADE SOCIAL: ATUAÇÃO PROFISSIONAL COM AUXÍLIO DAS REDES SOCIAIS

Bruno Bember Lofiego  
Afonso Antônio Machado

**CAPÍTULO 25 .....282**

A CULINÁRIA UCRANIANA NA CIDADE DE PRUDENTÓPOLIS, PARANÁ: ASPECTOS DA IMIGRAÇÃO E A INFLUÊNCIA CULTURAL DAS COMIDAS TÍPICAS

Renan Valério Eduvirgem

**SOBRE A ORGANIZADORA.....291**

## A EXPANSÃO DOS CURSOS PRIVADOS PRESENCIAIS DE SERVIÇO SOCIAL EM SALVADOR-BA: IMPACTOS PARA DISCENTES E DOCENTES

**Adriana Freire Pereira Férriz,**

Universidade Federal da Bahia, Salvador - Bahia

**Taís Ana de Oliveira,**

Universidade Federal da Bahia, Salvador - Bahia

**Thainan de Albuquerque e Santos,**

Universidade Federal da Bahia, Salvador - Bahia

**RESUMO:** O artigo traz resultados da pesquisa com docentes e discentes de cursos privados presenciais de Serviço Social em Salvador entre 2014 e 2016. Objetivou-se identificar e analisar os impactos da expansão do ensino superior na trajetória profissional dos docentes e formação acadêmica dos discentes diante da lógica mercadológica de expansão, verificando se a diretiva da expansão se choca com as diretrizes curriculares para a formação profissional nos referidos cursos. A metodologia contemplou a realização de entrevistas e aplicação de questionários semiestruturados. Os resultados foram sistematizados em dois Trabalhos de Conclusão de Curso e revelaram uma precarização do trabalho docente e significativas interferências no processo de formação profissional, traçando um desacordo ao que estabelece as diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino Superior. Expansão. Serviço Social.

**ABSTRACT:** The article brings results of the research with teachers and students of private courses of Social Service in Salvador between 2014 and 2016. The objective was to identify and analyze the impacts of the expansion of higher education on the professional trajectory of teachers and academic formation of students of the marketing logic of expansion, verifying if the expansion policy is in conflict with the curricular guidelines for the professional training in said courses. The methodology included interviews and the application of semi-structured questionnaires. The results were systematized in two Concluding Works and revealed a precariousness of the teaching work and significant interferences in the process of professional formation, tracing a disagreement with what establishes the curricular guidelines of the Brazilian Association of Education and Research in Social Work.

**KEY WORDS:** Higher Education. Expansion. Social Service.

### 1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de pesquisa científica realizada nos anos de 2014 e 2015, vinculadas ao Programa Permanecer UFBA e sistematizados em dois Trabalhos de Conclusão de Curso em Serviço Social da Universidade

Federal da Bahia. Os referidos trabalhos, defendidos no primeiro semestre do ano de 2017, apontam os impactos causados pela expansão do ensino superior na trajetória docente e de formação profissional dos cursos privados presenciais de Serviço Social em Salvador. Buscou-se também, identificar a resistência dos docentes e discentes à lógica mercadológica de expansão do ensino, verificando se as diretrizes da expansão (o discurso oficial do governo federal) se chocam com as diretrizes curriculares para a formação profissional nos cursos supramencionados.

Diante do contexto neoliberal, a educação superior no Brasil apresentou, a partir da década de 2000, considerável processo de expansão, ocorrido principalmente, no âmbito da iniciativa privada, atribuindo uma lógica mercadológica ao ensino. A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001 foram importantes instrumentos que contribuíram e legitimaram o processo de expansão do ensino superior no País.

Sob influência das vertentes propostas pelo projeto neoliberal, a política de educação superior passou por mudanças expressivas, que visam atender as exigências do capital internacional. Nessa conjuntura, o Estado vai exercer papel determinante no que diz respeito ao incentivo da lógica privatista e expansionista do ensino, assegurando esse processo.

A abertura à iniciativa privada provocou a criação e crescimento de diversos cursos de graduação, dentre os quais o de Serviço Social. De acordo com Almeida (2013), no ano de 2000 era possível contabilizar 88 (oitenta e oito) cursos de Serviço Social autorizados pelo Ministério da Educação. Atualmente, esse número cresceu para 829 (oitocentos e vinte e nove) cursos no País, sendo 273 (duzentos e setenta e três) no Nordeste brasileiro e 59 (cinquenta e nove) no Estado da Bahia (MEC, 2017).

Na realidade para a cidade de Salvador, constatou-se a oferta de 36 cursos de Serviço Social, sendo vinte na modalidade de Educação à Distância e 16 (dezesesseis) na modalidade presencial, dos quais apenas um encontra-se em instituição pública de ensino.

Segundo Pereira (2010), a expansão dos cursos afeta o desenvolvimento da formação profissional, uma vez que repercute na precarização do trabalho docente, no aligeiramento da formação e na não materialização do que prevê as diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social, especialmente no que tange a execução do estágio e do Trabalho de Conclusão de Curso, dentre outros.

O principal objetivo da pesquisa foi identificar e analisar os impactos da expansão dos cursos presenciais de Serviço Social para a vida dos discentes e docentes das instituições privadas de ensino de Salvador. Assim, além de identificar e analisar os impactos na trajetória profissional dos docentes e de formação acadêmica dos discentes buscou-se identificar as resistências desses à lógica mercadológica de expansão do ensino. Procurou-se também verificar se as diretrizes da expansão do ensino superior (o discurso oficial do governo federal) se chocam com as diretrizes curriculares para a

formação profissional dos assistentes sociais em formação nos referidos cursos.

Para alcance dos objetivos foram elaborados dois instrumentos semiestruturados de coleta de dados: entrevista e questionário. A primeira técnica foi realizada com quatro docentes, cujas entrevistas foram gravadas após consentimento dos entrevistados, sendo transcritas e analisadas posteriormente. Já a segunda técnica foi aplicada com trinta discentes, e os dados obtidos foram tabulados em banco de dados do *Microsoft Office Excel*, a partir do qual foram analisados.

## **2 | A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL**

A educação superior brasileira vem registrando nos últimos anos um acentuado processo de expansão, sobretudo no âmbito do setor privado, tendo em vista o forte incentivo dado pelo Estado, que visa atender às exigências de reprodução do capital, submetendo a educação de nível superior à lógica mercantil. Nesse sentido, os organismos internacionais exerceram consideráveis influências, levando-se em consideração a adesão das diretrizes propostas por estes para a educação superior do País.

O aumento na oferta de cursos vinculados à educação superior atinge, principalmente, os cursos ligados às ciências humanas e sociais, haja vista serem cursos que possibilitam um menor custo com retornos altamente rentáveis. Assim, para discorrer sobre esse cenário de expansão do ensino, especialmente na realidade dos cursos de Serviço Social, buscou-se trazer uma breve discussão acerca da política de educação superior brasileira do período neoliberal, destacando o marco legal que exerceu significativa influência no processo de empresariamento do ensino.

### **2.1 A política de educação superior e a mercantilização do ensino**

As décadas finais do século XX e entrada do século XXI demarcaram mudanças importantes na política de educação superior brasileira, tendo em vista que a partir desse período assumem-se tendências neoliberais que propõem uma reformulação no papel do Estado e do mercado no que diz respeito à oferta de serviços, dentre os quais a educação. Nesse sentido, haverá uma transferência de responsabilização na prestação dos diversos serviços, onde o Estado passa a aplicar recursos públicos no setor privado, fazendo predominar uma lógica mercadológica no acesso desses serviços.

No contexto da década de 1980 ocorreram algumas mobilizações por parte da sociedade, que visavam o fim da Ditadura Militar de 1968 e a restauração da democracia no País, resultaram na promulgação da Constituição Federal de 1988 que vai deliberar diversos direitos à população, atribuindo responsabilidades ao Estado. A educação estará colocada nesse documento nos seguintes termos:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento

da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2012, p. 121).

Nessa perspectiva, assim como a saúde, a moradia, a previdência, entre outras esferas sociais, a educação passa a ser entendida como um direito social, que deve ser garantido pelo Estado (ALMEIDA, 2013). Entretanto, a educação que é incorporada como um direito de todo cidadão, passa a ser contraditória, na medida em que no próprio documento a mesma será consentida à iniciativa privada, conforme determinado em seu artigo 209: “O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I – cumprimento das normas gerais da educação nacional; II – autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público” (BRASIL, 1988, p. 122).

Nessa perspectiva, a partir da abertura à iniciativa privada, foi registrado um acelerado processo de expansão do ensino superior brasileiro, que se dará, principalmente a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Assim, o que se registra a partir da década de 1990 é o escasso investimento de recursos governamentais no sistema público de ensino superior e o crescimento desenfreado do setor privado de ensino, evidenciando a influência e adequação do Estado aos interesses do capital.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada no ano de 1996, representou outro mecanismo importante para o processo de expansão do ensino superior no Brasil, especialmente por via da iniciativa privada. Em seu artigo 7 a educação estará colocada como livre à iniciativa privada, podendo, conforme o artigo 45 deste documento, ser “[...] ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização.” (BRASIL, 1996, p. 30).

Logo, a LDB de 1996 propõe a diversificação institucional da educação superior, que passará a poder se organizar a partir de universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos e escolas isoladas (GONÇALVES, 2013). A possibilidade de criação de diferentes instituições resultará na não obrigatoriedade de realização do tripé ensino, pesquisa e extensão, uma vez que essa prática está posta na LDB como exigência apenas nas instituições universitárias.

Outro mecanismo que incentivou de forma considerável a expansão do ensino superior brasileiro foi a aprovação do Plano Nacional de Educação, através da Lei n. 10.172/2001. Os elementos postos no PNE apresentam pontos importantes para a ampliação da oferta da educação superior, contribuindo com o surgimento de programas, a exemplo do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES), do Programa Universidade Para Todos (PROUNI), do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e da modalidade de Ensino à Distância, que objetivaram o aumento do acesso a esse nível de ensino.

Em vista disso, entende-se que o caráter privatista e empresarial atrelado à política defendida no governo de FHC para a educação superior (ALMEIDA, 2006),

não se restringem apenas a esse governo, tendo em vista que nos governos que o sucedem haverá uma intensificação da lógica expansionista do ensino superior, especialmente privado.

Com a entrada de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) à presidência, acreditava-se que haveria mudanças no direcionamento dado até então à política de educação superior, no entanto, o que se pôde observar foi uma continuidade da política neoliberal adotada no governo anterior. De acordo com Lima e Pereira (2009, p. 38), as ações realizadas durante esse governo apontaram para uma nova fase do “milagre educacional”, que podem ser explicadas através de quatro nucleares básicas:

1) O fortalecimento do empresariamento da educação superior; 2) a implementação das parcerias público- privadas/PPP na educação superior; 3) a operacionalização dos contratos de gestão, eixos condutores da contra-reforma do Estado brasileiro, de Bresser-Cardoso a Paulo Bernardo-Lula e; 4) a garantia da coesão social em torno das reformas estruturais realizadas pelo governo federal em absoluta consonância com as políticas dos organismos internacionais do capital.

Nesse sentido, esse governo buscou expandir o acesso à educação superior sustentando no discurso da “democratização”, a partir do qual se criou algumas normatizações, como é o caso do já citado PROUNI, que irão repercutir de modo direto no processo de expansão do ensino, principalmente por via da iniciativa privada. Esse programa, por sua vez, se configura pela transferência de recursos públicos para o setor privado de ensino, que se responsabilizará pela oferta de vagas semestrais aos estudantes de baixa renda, os quais, de acordo com a justificativa utilizada para sua implementação, estiveram historicamente isentos de ocuparem esses espaços.

Apesar de ser alvo de crítica por parte de alguns teóricos e estudiosos da área, os programas de governo criados a partir dos anos 2000, contribuíram de forma relevante na expansão do acesso ao ensino superior brasileiro. De acordo com dados do censo da educação superior dos dois mandatos presidenciais de Lula, foi possível constatar no âmbito do setor privado de ensino um quantitativo de 1.652 (um mil seiscentos e cinquenta e duas) instituições no ano 2003, crescendo para 2.100 (dois mil e cem) instituições de ensino no ano de 2010.

Esses resultados demonstram o quanto à lógica privatista do ensino superior permaneceu em altos níveis, intensificando ainda mais a mercantilização desse nível de ensino. Fica evidente, portanto, a submissão da educação superior aos interesses e metas ditados pelos organismos internacionais de regulação, em especial do Banco Mundial.

Nessa perspectiva, Lima (2007) apresenta que a mercantilização da educação superior brasileira se configura pela inserção dos países periféricos na economia mundial, através da privatização interna das universidades públicas e da abertura para criação de novas Instituições de ensino superior privadas, como um elemento ideológico constitutivo do projeto neoliberal, que reduz a responsabilidade do Estado no que diz respeito às políticas sociais e viabiliza a criação de espaços mercantilizados.

Entende-se, pois, que a expansão do ensino superior no Brasil se estrutura com

um propósito muito claro: dar respostas aos organismos internacionais, “cumprir o determina a cartilha” do capital internacional. E sendo assim, há uma preocupação com o aumento do acesso ao ensino superior, preocupação que não se estende à permanência e à qualidade dos serviços oferecidos.

Quando Dilma Vana Rousseff (2011-2016) assume presidência da república foi possível verificar uma continuidade das estratégias utilizadas na gestão que a antecede que visavam a “democratização” do acesso, uma vez que foi mantida e intensificada a aplicação de investimentos públicos nos programas de financiamento. Assim, a privatização e a mercantilização do ensino superior permaneceram de forma acentuada, transformando a lógica de direito desse serviço.

## 2.2 A expansão dos cursos de serviço social

Dentre os diversos cursos de graduação afetados pela lógica de expansão do ensino superior, o curso de Serviço Social foi um dos que apresentou crescimento alarmante. Acredita-se que seja pelo fato do Serviço Social, assim como os outros cursos das áreas humanas e sociais apresentarem um menor custo tanto para implementação quanto para manutenção, como podemos observar em Pereira (2010, p. 324), quando esta traz que com o governo de FHC e Lula dois eixos de ação foram cruciais para intensificação do processo de expansão.

(I) o primeiro, de fortalecimento do empresariamento da educação superior, que direciona o interesse do empresariado na abertura por cursos na área de Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, devido aos baixos custos e alta lucratividade; (II) o segundo eixo relaciona-se com a necessidade de manutenção de um consenso social em torno das reformas estruturais realizadas pelo governo federal em absoluta consonância com as políticas dos organismos internacionais do capital.

Logo, os cursos de Serviço Social constituem o reflexo da lógica predominante do lucro, que ocorre por meio da privatização da política de ensino superior. Apesar de tal processo afetar a profissão desde os anos 1990, é a partir dos anos 2000 que se registra um significativo aumento do número de cursos, conforme pode ser visualizado na tabela a seguir:

| Ano    | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2016 | 2017 |
|--------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Cursos | 88   | 97   | 109  | 131  | 152  | 178  | 207  | 205  | 275  | 294  | 409  | 418  | 694  | 798  | 829  |

Tabela 1 – Cursos de Serviço Social no Brasil nos anos 2000

Fonte: elaboração de OLIVEIRA (2017) e SANTOS (2017) a partir dos dados de Almeida (2013) e sistema e-MEC (2017).

Os dados apresentados demonstram o crescimento assustador dos cursos de Serviço Social, haja vista apresentar em 2012 um quantitativo de 694 (seiscentos e noventa e quatro) cursos, sendo 441 (quatrocentos e quarenta e um) oferecidos presencialmente, na sua maioria em instituições privadas, enquanto os 253 (duzentos

e cinquenta e três) eram oferecidos na modalidade de educação à distância (ALMEIDA, 2013). O quantitativo de cursos ofertados em 2017 revela que esse número continua crescendo ligeiramente, visto registrar 829 (oitocentos e vinte e nove) cursos no Brasil, sendo 460 (quatrocentos e sessenta) presenciais, majoritariamente em instituições privadas.

O Nordeste brasileiro, por sua vez, acompanha esse crescimento visto possuir 273 (duzentos e setenta e três) cursos de Serviço Social, assim como o estado da Bahia que contabiliza 59 (cinquenta e nove) cursos. O que corrobora na profissão uma questão um tanto preocupante no que tange a qualidade da formação oferecida.

Diante deste cenário, a cidade de Salvador também tem vivenciado um crescimento na oferta dos cursos de Serviço Social majoritariamente no setor privado, apresentando um quantitativo de 36 (trinta e seis) cursos. Destes, um encontra-se em instituição pública presencial, 15 (quinze) na modalidade privada presencial e vinte na modalidade de Educação à Distância, sendo oferecidos em 32 (trinta e duas) instituições, visto algumas instituições ofertarem o curso em duas modalidades.

É válido salientar que a expansão dos cursos de Serviço Social acompanha a lógica privatista nacional, tendo em vista que a mesma ocorre majoritariamente por via da iniciativa privada. A expansão do acesso, nesse sentido, vem ocorrendo acompanhado de preocupações que se estendem à perspectiva da permanência e da qualidade dos serviços oferecidos, que carregam implicações diretas no processo de formação acadêmica e no trabalho profissional.

Parte significativa dos cursos ofertados em instituições privadas é de cunho não universitário, não existindo a obrigatoriedade de realização da pesquisa e da extensão de forma concomitante ao ensino. Essa perspectiva acaba fragilizando a formação, tendo em vista o não atendimento das propostas defendidas pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS para formação profissional do assistente social.

Nesse sentido, além de ficar nítido o caráter mercadológico atrelado ao ensino superior, em especial aos cursos de Serviço Social, que se tornam importantes instrumentos de reprodução e fortalecimento do capital, fica a inquietação acerca da qualidade da formação dos futuros profissionais. Sob essa perspectiva, Pereira (2010) vai afirmar que no âmbito do Serviço Social esse processo vai implicar no aligeiramento da formação, na dificuldade de incorporação do que preconiza as diretrizes curriculares para esse curso, principalmente na execução do estágio e do Trabalho de Conclusão de Curso, além de causar a precarização do trabalho docente.

A lógica privatista atrelada aos cursos de nível superior, especialmente o de Serviço Social, fomenta certo retrocesso das conquistas alcançadas pela profissão no decorrer de sua trajetória, uma vez que precariza as relações de formação e do trabalho profissional, e coloca a política de educação numa perspectiva empresarial que exime o Estado na oferta desse serviço enquanto um direito.

### 3 | A EXPANSÃO DOS CURSOS PRIVADOS PRESENCIAIS DE SERVIÇO SOCIAL EM SALVADOR-BA

Conforme a realidade apresentada anteriormente, dos cursos de Serviço Social na cidade de Salvador, foi realizada uma pesquisa nessa região, com o objetivo de analisar os impactos que o processo de expansão do ensino causa, sobretudo no âmbito dos cursos privados presenciais de Serviço Social, para a vida profissional dos docentes e formação acadêmica dos discentes. Para tanto, a coleta dos dados se deu a partir da realização de entrevista semiestruturada em pautas com quatro docentes, bem como por meio da aplicação de trinta questionários semiestruturados com discentes das referidas instituições de ensino. Os resultados da pesquisa e a análise dos mesmos serão apresentados nos tópicos que seguem.

#### 3.1 Impactos para a vida profissional dos docentes

De acordo com entrevistas realizadas com quatro docentes de instituições privadas presenciais em Salvador, muitos são os impactos causados pela expansão dos cursos de Serviço Social na vida desses profissionais. Esses impactos se revelam pelas condições de trabalho, que perpassam pela vivência de vínculos precários, conciliação de mais de um vínculo de trabalho, o que, por sua vez, acarreta uma elevada jornada de trabalho. Além disso, condições estruturais desapropriadas e fragilizadas, presentes em algumas das instituições, dificultam o dia a dia e a atividade docente do profissional.

Para além dessas dificuldades, o docente enfrenta um processo de desvalorização do trabalho a partir do salário, revelando assim, a precarização das relações de trabalho, que dificulta a articulação da categoria em movimentos de resistência e enfrentamento a essa lógica, visto que a instabilidade no emprego está atrelada à necessidade de manter-se empregado.

Nessa perspectiva, no que se refere aos vínculos trabalhistas, as entrevistadas revelaram que os profissionais conciliam mais de um vínculo empregatício: Docente 1: “[...] assim, eu tenho outro vínculo, que vocês perguntaram também, que é um vínculo no âmbito da saúde”. Docente 2: “Em relação aos vínculos trabalhistas eu tenho dois, ambos na área da docência do Serviço Social”.

Os dados apresentados revelam que as docentes acabam conciliando mais de um vínculo empregatício, o que, por sua vez, acarreta numa sobrecarga de trabalho para a profissional, haja vista, ter que dar conta de dois espaços de trabalho. Essa situação vivida pelas profissionais é reflexo do processo de precarização do trabalho presente nos vários espaços de atuação dos assistentes sociais.

De acordo com Guerra (2010), na medida em que conciliam mais de um vínculo de trabalho, os assistentes sociais se deparam com inúmeros desafios. No âmbito docente, a sobrecarga de trabalho (que já é especificidade da docência), atrelado à

conciliação de mais de um vínculo, vai promover outra questão apresentada por Guerra (2010), e presente na fala das entrevistadas, que se refere à jornada de trabalho. Sendo esta bastante elevada, na medida em que concilia a jornada dos dois vínculos, fazendo as docentes acumularem uma carga horária de até 60 horas semanais, como demonstra as falas: *“a minha carga horaria é 30 horas lá e 30hs aqui, então não tenho dedicação exclusiva em nenhum dos dois espaços”*. (Docente 1).

Nesse sentido, observa-se o processo de sobrecarga e excesso de trabalho no qual o trabalhador docente tem enfrentado com a expansão do ensino superior. Na medida em que expande os espaços para inserção desses profissionais ao mercado de trabalho, tem-se, em contrapartida, um processo de desvalorização desse profissional, que se inicia desde o processo de contratação.

No âmbito do processo de contratação, grande parte das entrevistadas revelou exercer atividade laborativa pelo regime celetista, em termos de direitos, estão regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas, com regime de contratação pelo sistema horista, tendo a remuneração com base nas horas trabalhadas. Sobre essa questão temos:

Trata-se do professor horista, podendo ser definido como o docente contratado pela instituição exclusivamente para ministrar horas-aula independentemente da carga horária requerida ou que não se enquadre nos outros regimes de trabalho (tempo integral e tempo parcial), ou seja, esse professor é contratado exclusivamente para ministrar aula e recebe de acordo com a carga horária. (TAMBURUS, 2008, apud CARMO, 2010, p. 85).

Nessa perspectiva, sendo as professoras na sua grande maioria horistas, outra problemática constatada é a questão do salário. *“Sou horista, minha hora é 22 reais, eu tenho um salário que não passa de 900 reais com, cinco turmas eu acho [...] e não passa de 900 reais”*. (Docente 2)

Sendo professoras horistas, a remuneração refere-se apenas ao momento em que estão em sala lecionando, nesse sentido, o salário representa mais um instrumento de precarização e desvalorização que o trabalhador docente tem vivenciado, haja vista desconsiderar as atividades inerentes ao trabalho docente que extrapolam a hora aula.

Mais um reflexo da precarização do ensino superior que afeta os cursos de Serviço Social e impossibilita os docentes de realizarem um trabalho com a qualidade que se almeja, é a questão estrutural das instituições de ensino. Sobre a biblioteca a docente 2 traz que: *“[...] a biblioteca não é boa, e o professor tem que dá conta, tem que enviar por e mail, tem que trazer a cópia, tem que disponibilizar para o aluno, é o professor quem faz isso.”*

Diante disso, observa-se uma infraestrutura inadequada presente em grande parte das instituições, o que acaba por gerar um desequilíbrio no processo de ensino aprendizagem e um desânimo no âmbito docente causado pela precarização do trabalho. Como apresenta (GUERRA, 2010, p. 719).

A precarização do exercício profissional se expressa por meio de suas diferentes dimensões: [...] diferentes formas de contrato e vínculos que se tornam cada

vez mais precários e instáveis, [...] jornadas de trabalho e salários flexíveis, [...], precariedade dos espaços laborais e dos salários, frágil organização profissional [...].

Nessa perspectiva, temos com a expansão do ensino superior, um aumento das dificuldades básicas no âmbito do trabalho docente. Assim, a realização de um trabalho qualificado, pautado nas determinações estabelecidas pela profissão, exige do profissional não apenas um compromisso ético, mas acima de tudo, coragem e equilíbrio perante tantas dificuldades.

No âmbito da docência, essa tendência à precarização e desvalorização do trabalho, tem provocado uma instabilidade e desânimo nos profissionais, que se veem cada dia mais estagnados, e propícios a condições impróprias de trabalho, atrelado a uma desvalorização e o não reconhecimento, como relata a docente 2:

Eu não acho que eu sou reconhecida nessas faculdades, pela qualidade do que eu posso oferecer no processo de formação e ensino, eu também represento um título [...] Eu me sinto utilizada pelo que eu carrego nos meus certificados.

Diante desta situação de desvalorização e não reconhecimento, quando perguntado para as entrevistadas sobre o impacto da expansão do ensino superior para os docentes, podemos observar que as mesmas relataram, a partir dessa expansão, uma possibilidade de mercado para professores, mas que por outro lado, tem-se, com ainda mais evidência, um processo de precarização das relações de trabalho, seguida de uma instabilidade em relação ao emprego. Conforme indica a docente 3:

[...] quando ampliam os cursos de formação profissional de graduação, a gente vai ter também uma procura maior no mercado por docentes. Mas, apesar de tá aumentando o mercado de trabalho profissional pra docente, a gente também vai perceber que aumenta a fragilidade das formas de contratação, e das relações de emprego. (Docente 3)

A fragilidade e instabilidade presentes no cotidiano das docentes, somado à necessidade de se manterem no emprego demonstra o impacto que esse processo acarreta para o profissional docente. O mesmo encontra-se no embate, de ao mesmo tempo em que lida com estruturas frágeis de trabalho, precarização, desvalorização, tem que manter-se empregado por uma questão de sobrevivência. Tendo, por sua vez, que promover uma formação qualificada, considerando o compromisso ético com a profissão de formar profissionais capacitados para ingressar nos espaços institucionais.

### **3.2 Impactos na trajetória de formação acadêmica dos discentes**

Os dados obtidos mediante da aplicação de questionário com os discentes dos cursos privados presenciais de graduação em Serviço Social, possibilitou constatar impactos no âmbito da formação profissional, gerados pelo processo de expansão do ensino. Tais impactos evidenciaram-se através das condições estruturais dos cursos, que sofrem com a falta de acesso à bibliografia, a ausência de laboratórios de informática, infraestrutura e superlotação das salas, dentre outros. Além desses, revelaram-se problemas no andamento do estágio curricular e do Trabalho de

Conclusão de Curso, da pesquisa e extensão. Essas condições, por sua vez, exercem influência direta no processo de formação profissional, tendo em vista apresentarem-se como obstáculos para a efetivação de qualidade do processo de ensino.

Entendendo a importância da formação profissional estar em consonância com o que prevê as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, a análise dos impactos da expansão do ensino superior no âmbito da formação acadêmica dos discentes dos cursos ofertados em instituições privadas presenciais de Salvador, foi realizada por meio do documento elaborado pela ABEPSS em 1996, que apresenta princípios que objetivam uma formação com qualidade, pauta na flexibilidade, no rigoroso trato teórico, na adoção de uma teoria social crítica, na superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, no estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos, no caráter interdisciplinar; na indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão/entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.

No que concerne às matérias previstas que devem estar presentes na formação profissional, além das disciplinas comuns aos cursos de graduação, estão definidos no referido documento, as atividades complementares, os seminários temáticos e as oficinas. Essas três atividades irão compor o conjunto pesquisa, extensão e/ou monitoria, cujas dimensões devem ser indissociáveis do ensino, formando a tríade que deve estar presente em um processo de formação profissional de qualidade.

Os resultados encontrados a partir da pesquisa com os discentes, demonstraram que nem sempre as atividades de pesquisa e extensão previstas pela ABEPSS de 1996, encontram-se presentes nos cursos ou atendem à todos os graduandos, levando-se em consideração que alguns deles declararam não ter acesso a nenhuma das referidas atividades, afirmando deixar “*a desejar*” (discente 13). Os dados apontaram, portanto, que 76,7% dos discentes não tem acesso as atividades mencionadas, e apenas 23,3% participam de alguma dessas atividades.

A não realização dessas atividades gera consequências que implicarão tanto no processo de formação acadêmica, quanto no exercício profissional. No que diz respeito a esse aspecto, Iamamoto (2007, p. 443) vai destacar que:

A ênfase nas IES privadas empresariais tem recaído sobre o ensino, em detrimento da pesquisa e da extensão. A lógica empresarial condiciona as relações contratuais docentes, que são penalizadas pelo regime hora-aula, com elevada carga disciplinar, comprometendo um dos princípios das diretrizes curriculares: a integração do ensino, pesquisa e extensão.

Nesse sentido, a não materialização da tríade ensino, pesquisa e extensão, teria relação direta com a precarização que afeta o trabalho profissional dos docentes, cujas condições apontadas pela autora foram constatadas e já mencionadas no presente trabalho enquanto realidade posta na vida profissional dos docentes dos cursos de Serviço Social das instituições privadas presenciais de Salvador.

Além das atividades até então mencionadas, a ABEPSS apontará o estágio

supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso como atividades indispensáveis a formação profissional. No que concerne o estágio supervisionado, estará determinado nas Diretrizes Curriculares nos seguintes termos:

É uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre unidade de ensino e unidade campo de estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O Estágio Supervisionado é concomitante ao período letivo escolar. (ABESS/CEDEPSS, 1997, p.72)

Sendo assim, o estágio possui papel bastante relevante na formação acadêmica do assistente social, visto possibilitar a aproximação, compreensão e análise crítica da realidade social posta, em suas variadas formas de expressão, que associado ao conhecimento teórico, conduz a atuação profissional. Em concordância com a Política Nacional de Estágio (2010, p. 29), essa atividade deve cumprir carga horária obrigatória de “[...] no mínimo 15% da 3.000 horas (CH mínima) do curso de Serviço Social”, equivalente a uma carga horária mínima obrigatória de quatrocentos e cinquenta horas.

De acordo com os discentes participantes da pesquisa, a carga horária de estágio supervisionado exigida no decorrer dos estágios I, II e III varia entre 270h (50%), 360h (10%) e 450h (26,7%), ao passo que 13,3% não responderam essa questão. Fazendo um comparativo entre a carga horária exigida para a formação do assistente social e as apresentadas pelos participantes, constata-se certo desacordo por parte de alguns cursos, visto o não favorecimento do mínimo necessário estabelecido como critério para a formação profissional.

Além disso, levando em consideração a Resolução do CFESS n. 533 de 2008, o estágio deve ser realizado mediante supervisão direta de um assistente social do campo e outro acadêmico, como condição indispensável ao processo de ensino-aprendizagem. Entretanto, a pesquisa possibilitou constatar a existência de problemáticas nesse viés, uma vez que a supervisão de campo e acadêmica nem sempre ocorre de forma concomitante, levando-se em consideração que 36,6% dos discentes declararam não cursar a disciplina de estágio de forma simultânea a sua inserção em campo.

Para garantir uma formação de qualidade, conforme prevê as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, se faz necessário o acompanhamento do processo formativo dos discentes, através de visitas aos campos de estágio em que os mesmos estejam inseridos, da avaliação do desenvolvimento e necessidades individuais de forma conjunta entre os profissionais supervisores. Todavia, a realidade apresentada pelos discentes evidencia que o estágio ocorre em alguns casos, sem o devido acompanhamento.

No que se refere ao Trabalho de Conclusão de Curso, as Diretrizes Curriculares

conceberá essa atividade como momento ímpar e intrínseco à formação profissional, estando definida como

[...] uma exigência curricular para obtenção de diploma no curso de graduação em Serviço Social. Deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente gerada a partir da prática do estágio no decorrer do curso. Este processo de sistematização, quando resultar de experiência de estágio, deve apresentar os elementos do trabalho profissional em seus aspectos teórico-metodológico-operativos. Realiza-se dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmico-científicas. Portanto, o TCC se constitui numa monografia científica elaborada sob a orientação de um professor e avaliada por banca examinadora. (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 72).

Em vista disso, esse trabalho compõe a etapa de finalização do curso, constituindo um importante momento de investigação, cuja construção deve ser acompanhada e orientada por um professor. Entretanto, esse processo vem sendo realizado de maneira limitada em alguns cursos de Serviço Social, devido, principalmente, a quantidade de estudantes por professor orientador, que excedem os limites previstos. Referente a essa questão, Pereira (2010, p. 327) vai mencionar que

São raras as unidades privadas de ensino que possibilitam a orientação individual de seus alunos: geralmente, as orientações são realizadas através de “turmas” de TCC, o que obviamente empobrece a produção discente e desqualifica o trabalho docente. Esta “opção” claramente não é dos alunos ou dos docentes: ela parte da lógica contábil que inviabiliza o pagamento ao docente por orientações individuais.

Essa afirmação foi comprovada na pesquisa, tendo em vista que 56,7% dos discentes apontaram que a disciplina de TCC ocorre de maneira individual, enquanto que 43,3% afirmaram ser em grupo, com turmas que variam entre dois e 25 (vinte e cinco) alunos por professor orientador. Assim, fica evidente que a lógica contábil atribui uma perspectiva mercadológica a educação superior, em que o principal propósito é a geração de lucros, não se leva em consideração a qualidade da formação oferecida, bem como, a preocupação em torno da sobrecarga que recai sobre o profissional docente, que se torna o responsável para dar conta dessa demanda.

Diante do que foi posto, compreende-se que as dificuldades postas no âmbito do processo de formação acadêmica dos discentes das instituições privadas de ensino presencial, refletem questões de cunho estrutural (apresentada tanto pelos discentes como pelos docentes), como também uma não materialização do que prevê as Diretrizes Curriculares da ABEPSS para a formação profissional em Serviço Social. Essas questões, por sua vez, estão intrinsecamente entrelaçadas à lógica mercadológica introjetada na educação de nível superior, que visa exclusivamente o lucro e submetem o ensino superior a um processo de precarização, tendo em vista a fragilização da formação.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação superior brasileira tem passado por um acentuado processo de expansão no decorrer dos últimos anos, ocorrido, principalmente, através do crescimento dos diversos cursos privados de graduação, dentre os quais o de Serviço Social. Essa realidade, apoiada pelo Estado por meio de ações que favorecem os interesses de reprodução do capital, submete a educação de nível superior a um processo de mercantilização.

O Estado brasileiro, no âmbito da educação superior, não se preocupou em desenvolver uma estrutura de ensino baseado na qualidade de sua oferta, a partir das reivindicações da população em torno desse nível de ensino. Este, por sua vez, se limitou em ampliar a oferta de educação superior a partir de interesses econômicos, através da criação de mecanismos como a LDB de 1996, o PNE de 2001, decretos e resoluções, tendo como propósito, legitimar a mercantilização da educação, através da sua expansão, principalmente na rede privada.

Dessa maneira, os dispositivos legais criados pelo Estado apresentam-se como importantes ferramentas de redução da ação estatal na oferta do ensino superior gratuito, transferindo recursos do fundo público para o setor privado, que deve passar a exercer a função de oferta desse ensino. Nessa perspectiva, a educação que constitucionalmente deveria ser um direito de todo cidadão e um dever do Estado, se transforma em uma mercadoria a ser negociada e barganhada pelos empresários das instituições privadas de ensino.

Os dados apresentados pela pesquisa revelaram que muitos são os impactos que a expansão do ensino superior tem ocasionado para os docentes e discentes dos cursos de Serviço Social em Salvador. Os resultados apontaram que há uma precarização das condições de trabalho no âmbito docente, uma vez que, quase todas as instituições apresentam dificuldades estruturais, que inviabilizam a realização de um trabalho qualificado, sendo acometidas pela perda de qualidade no processo de ensino, que, por sua vez, afeta diretamente a formação profissional dos discentes.

Os dados também revelaram que as instituições, em sua maioria, não se encontram vinculadas às determinações estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, visto que, não realizam pesquisa e extensão, bem como, no âmbito do estágio curricular e TCC excedem a quantidade determinada de orientandos por professor. A grande quantidade de alunos pra lecionar, realizar orientações, entre outras exigências estão entre as dificuldades cotidianas dos docentes, tendo em vista que são fatores que fragilizam a atuação dos docentes, mas, principalmente, a formação dos discentes, impactando diretamente na profissão.

A realidade desvelada pela pesquisa confirmou os aspectos apontados pelos referenciais teóricos utilizados neste trabalho, considerando o processo de precarização ao qual vem sendo sujeitada a educação de nível superior na conjuntura brasileira. As reflexões até aqui realizadas propõem a necessidade de mobilização e defesa de toda

a categoria por um modelo de educação pública, gratuita e respaldada por um projeto emancipatório, que vise uma formação de qualidade.

## REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. In: **Caderno ABESS n. 7, edição especial**. Formação Profissional: trajetórias e desafios. Cortez Editora. São Paulo, 1997.

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Política Nacional de Estágio da ABEPSS**. Brasília, 2010. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss\\_maior2010\\_corrigida.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maior2010_corrigida.pdf)>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

ALMEIDA, A. C. P. dos S. **A expansão dos cursos de graduação em Serviço Social no Nordeste Brasileiro em tempo de capitalismo neoliberal**. (Dissertação de Mestrado em Serviço Social). São Cristovão, 2013.

ALMEIDA, Sergio Campos de. **O AVANÇO DA PRIVATIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: O ProUni como uma nova estratégia para a transferência de recursos públicos para o setor privado**. 2006. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói – Rj, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. **Lei n. 9.394 de 20/12/1996**. Fixa Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 de dezembro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 10.172. 2001** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 09 de dezembro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 11.096, de 13 jan de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos – Prouni, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, altera a Lei nº 10.981, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 09 de dezembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12 de dezembro de 2016.

CARMO, Caroline Ramos do. **FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NA BAHIA: EXPRESSÃO DO PROJETO DE CONTRA-REFORMA DO ENSINO SUPERIOR**. 2010. 131 f. Monografia (Especialização) - Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução n. 533, de 29 de setembro de 2008**. Regulamenta a Supervisão direta de Estágio no Serviço Social. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

GONÇALVES, A. C. **O Programa REUNI: significados e ressonâncias da implantação do curso de Serviço Social da UFG/CCG 2008-2012**. (Tese de Doutorado em Serviço Social – PUC-SP). São Paulo, 2013.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p.715-736, out./dez. 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, K. R. de S. **Contra-reforma na educação superior**: de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007.

LIMA, Kátia Regina de Souza; PEREIRA, Larissa Dahmer. Contra-reforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 15 (1): 31-50, jan.-jun./2009.

MEC. Ministério da Educação. **Instituto de Educação Superior e Cursos Cadastrados**. Consulta Avançada. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Programa de Financiamento Estudantil**. Disponível em: <<http://sisfiesportal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

OLIVEIRA, Taís Ana de. **Os Impactos da Expansão do Ensino Superior para os docentes dos Cursos Privados Presenciais de Serviço Social em Salvador (BA)**. 73 fl. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social). Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, 2017.

PEREIRA, Larissa Dahmer. A EXPANSÃO DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE CONTRARREFORMA DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: impactos na formação profissional em Serviço Social. **Revista de Políticas Públicas** São Luís- Ma, p.323-331, ago. 2010.

SANTOS, Thainan de Albuquerque e. **A Expansão dos Cursos Privados de Serviço Social em Salvador: estudo sobre os impactos no campo da formação profissional**. 80 f. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-85107-75-8



9 788585 107758